



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DA UFSM
PG - EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

**PÓS-GRADUAÇÃO: o descredenciamento do
programa do CEFD/UFSM**

Especializanda: Profa. Silvana Zancan
Orientadora: Profa. Dra. Elizara Carolina Marin

SANTA MARIA
2011

PÓS-GRADUAÇÃO: o descredenciamento do programa do CEFD/UFSM

Resumo

O presente artigo parte da reflexão sobre o sistema de Pós-Graduação no Brasil e, dentro deste contexto, objetiva discutir sobre os fatores que contribuíram para o descredenciamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria (CEFD/UFSM), considerando o contexto das políticas da CAPES, da UFSM, do CEFD. Para consecução da pesquisa utilizamos levantamento bibliográfico e documental. Através dos estudos e pesquisas realizadas chegou-se a conclusão que, além da falta de organicidade entre a área de concentração, as linhas de pesquisa, a grade curricular, os grupos de pesquisa e os docentes, e de investimento em publicação científica (deficiência assinalada desde a avaliação de 1980), faltou uma política da Coordenação do Programa de Pós-graduação juntamente com a direção do CEFD com relação ao sistema de aposentadoria e de entrada via concurso público, colaborando sobremaneira para a desestruturação da Pós-Graduação. Mas, fundamentalmente, o programa não acompanhou as mudanças do modelo de avaliação que valoriza prioritariamente a produção científica, portanto, a pesquisa e a publicação em periódicos qualificados.

Palavras-chave: Pós-graduação. Educação Física. Avaliação.

Introdução

A Pós-Graduação no Centro de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria por longos anos foi referência para a área em todo território nacional e como um modelo para outros programas de Pós-Graduação. O Mestrado, consolidado em 1979, foi o segundo programa implantado no país. Em 1984 recebeu o título de melhor curso de Mestrado na área, por uma pesquisa da Editora Abril, em virtude, em grande medida, da qualidade do corpo docente e do vínculo com professores estrangeiros. O Doutorado foi recomendado pela CAPES em 1994, sendo o primeiro curso deste nível de pós-graduação da UFSM. Após titular um número significativo de mestres e doutores no programa de pós-graduação do CEFD/UFSM, em 2002, houve o descredenciamento do mesmo por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Dentro deste contexto, o objetivo desta pesquisa é investigar os principais fatores que contribuíram para o descredenciamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do CEFD/UFSM (mestrado e doutorado), considerando o contexto das políticas da CAPES, da UFSM e do CEFD. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica serviu de alicerce para compreender o panorama da pós-graduação no Brasil, mais especificamente, ligado a

área da Educação Física. Os documentos, como salienta May (2004, p. 213), representam o reflexo da realidade, tornando-se um meio através do qual o pesquisador procura uma correspondência entre a sua descrição e os eventos aos quais ela se refere. Dessa forma, foi realizada uma análise cuidadosa, rigorosa e profunda demandando diversas leituras e reinterpretações dos documentos consultados, pois “um documento não pode ser lido de uma maneira desligada”.

Para sua consecução foi realizado levantamento e análise dos seguintes documentos: projeto de Implantação do Curso de Pós-Graduação Mestrado Educação Física; processo de Credenciamento do Programa de Pós-Graduação; relatórios de Avaliação da CAPES; histórico dos titulados no curso de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação no CEFD/UFSM; portarias de concessão a aposentadorias de professores ligados ao mestrado e ao doutorado do CEFD/UFSM no período de 1990 a 2002; e o *site* da CAPES.

A Pós-Graduação no Brasil

No contexto das políticas do Ministério da Educação no Brasil situa-se o Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG)¹ composto por diferentes segmentos que atuam na pós-graduação, em especial pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)². Em relatório recente (2005-2010) a comissão afirmou que o sistema de pós-graduação do país é uma das realidades mais bem sucedidas da educação brasileira, e a condução da CAPES tem notória influência no processo de expansão, qualificação e credibilidade nacional e internacional na produção do conhecimento.

Cabe considerar que os primeiros passos para a consolidação da pós-graduação no Brasil foram dados, segundo Santos (2003), no início da década de 1930. O grande impulso ocorreu na década de 1960 com a implantação de diversos cursos, mais especificamente, em 1965, o Parecer 977 do Conselho Federal de Educação,

¹ O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) é um documento que sintetiza as diretrizes que norteiam as políticas públicas de qualificação de pessoal em nível de mestrado e doutorado e faz um diagnóstico da pós-graduação nacional. A partir desta avaliação, apresentam-se propostas de diretrizes, cenários de crescimento do sistema, metas e orçamento para a execução de ações. Informações obtidas em: <http://www.CAPES.gov.br/sobre-a-CAPES/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso realizado dia 14.01.2011

² A CAPES foi criada em 1951 e tornou-se Fundação em 1992. Ligada ao Ministério da Educação tem como missão os seguintes programas: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional. Ver: <http://www.CAPES.gov.br/sobre-a-CAPES/historia-e-missao>. Acesso realizado dia 15.01.2011

consubstancia a implantação formal dos cursos de pós-graduação no Brasil com apoio do regime militar. O autor salienta que as duas tendências que marcaram a pós-graduação brasileira foi à européia e a norte-americana, sendo esta última a que mais se enraizou. Santos (2003) enfatiza que foi num contexto de modernização do país e de integração entre os países periféricos e países centrais que se deu a instalação da pós-graduação no Brasil, ou seja, num contexto de dependência em relação aos países desenvolvidos.

Em virtude, da carência de recursos humanos com vistas ao crescimento e modernização da nação foi adotada a pós-graduação como um caminho de qualificação desses recursos. Cabe destacar que a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país³". Mas, sobretudo, foi a partir de 1970, que se constituiu um número significativo de cursos de pós-graduação. O regime militar com marca acentuadamente nacionalista visava uma nação forte, competitiva e entre os seus planos estava o desenvolvimento de projetos tecnológicos de grande porte, de pesquisa espacial e de grandes investimentos em setores estratégicos para o fortalecimento do país e expansão de fronteiras. Como destacam Kuenzer & Moraes (2005, p.1344), este fato evidencia-se “pela indução financeira e pela normatização das políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico efetivado pelo regime nesse campo (...)”.

Nesse processo, em 1976, a CAPES implantou o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, colocando em prática as proposições do I Plano Nacional de Pós-graduação (1975-1979). Este Plano constatando o caráter parcialmente espontâneo do processo de expansão da pós-graduação propôs que a mesma fosse uma questão de Estado, ou seja, fizesse parte de uma política estatal. Nesse período, a principal meta do I PNPG a ser cumprida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) era a capacitação dos docentes para atender às demandas do ensino superior. Aspectos como corpo docente, linhas e ou projetos de pesquisa, produções científica docente e discente, publicações, relação orientando/orientador e estrutura curricular já se faziam presentes nas avaliações nos anos de 1980, 1981 e 1982. Kuenzer & Moraes (2005, p.1345)

³ Conforme informações da página da CAPES: <http://www.CAPES.gov.br/sobre-a-CAPES/historia-e-missao>. Acesso realizado em 12.01.2011.

evidenciam que a ação da CAPES nesse processo, “resultou uma efetiva expansão e institucionalização da pós-graduação (...) e assegurou a formação de um expressivo contingente de quadros, em particular para a docência da pós-graduação” O II PNPG (1982-1985), embora mantendo os mesmos objetivos, a ênfase recai **na qualidade** do ensino superior, mais especificamente, da pós-graduação. Como parte das ações, aprimorou a avaliação da pós-graduação inclusive por meio de progressiva informatização, visitas *in lócus*, criação de comissões de especialistas de cada área, entre outros investimentos. Três objetivos comuns foram explicitados em ambos os Planos: institucionalização da pós-graduação; formação de recursos humanos de alto nível; e, melhoria de qualidade dos cursos de pós-graduação. No item referente à formação de recursos humanos, no primeiro Plano, a ênfase foi para o atendimento ao sistema educacional; já no segundo, o enfoque direcionou-se para uma postura mais abrangente, atingindo o setor produtivo, como está destacado na introdução do III PNPG (1986-1989). Tal documento aponta que a conclusão mais importante é a de que o País não possui um quantitativo de cientistas que permita atingir plena capacitação científica e tecnológica, necessitando com a maior brevidade, um programa agressivo de formação de recursos humanos qualificados, tendo em vista uma política de independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil. Nesse sentido o III PNPG propõe como política a formação de cientista em quantidade, qualidade e perfis adequados ao modelo de desenvolvimento do País. Define a universidade como contexto privilegiado para a produção do conhecimento e traz como medidas para a institucionalização da pesquisa: orçamentos e verbas para a pesquisa e a pós-graduação; reestruturação da carreira docente com o fim de valorizar a produção científica para fins de ingresso e promoção funcional, entre outras. (BRASIL, 2004)

O V Plano Nacional de Pós-graduação (2005-2010) destaca que foram elaboradas várias redações preliminares do IV PNPG, mas circunstâncias orçamentária e a falta de articulação entre as agências de fomento nacional impediu a finalização do documento. No entanto, com base nas discussões da comissão a CAPES implementou diversas ações ao longo do período, tais como: expansão do sistema, inserção internacional da pós-graduação e mudança no sistema de avaliação. (BRASIL, 2004).

A partir do novo instrumento de avaliação, centrado na pesquisa, evidenciaram-se, como destacam Kuenzer & Moraes (2005, p.1347), outros indicadores: “introdução da noção de Programa, e não mais de curso de mestrado e doutorado avaliados

isoladamente; atenção especial voltou-se às linhas de pesquisa e à sua organicidade com as disciplinas, projetos e produtos de pesquisa, teses e dissertações; as linhas, e não mais as preferências docentes (...). Estas propostas deixam claro que a finalidade da pós-graduação é a produção do conhecimento e formação de pesquisadores. O V PNPG (BRASIL, 2004, V PNPG, p. 58/59) propõe como objetivos da pós-graduação “o fortalecimento das bases científicas, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; a formação de quadros para mercados não acadêmicos”. Além da necessidade de reduzir o desequilíbrio no desenvolvimento acadêmico em todas as regiões do País⁴.

Não é nossa intenção aqui a análise dos PNPG, porém para fins desta pesquisa, a sucinta explanação do percurso da pós-graduação no país contribui sobremaneira para situar o descredenciamento do CEFD/UFSM.

Elementos históricos da pós-graduação do CEFD/UFSM

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – primeira universidade localizada no interior do país - fundada em 1964 teve já nos primeiros anos de existência a constituição da pós-graduação. O Centro de Educação Física e Desporto foi criado em 1969 e após 10 anos de existência, em 1979 implementou o mestrado na área de concentração de Ciência do Movimento Humano⁵. Cabe destacar que na área da Educação Física foi um dos primeiros cursos, somente posterior ao da Universidade de São Paulo (USP), que ocorreu em 1977⁶.

Consoante com o contexto nacional o impulsionador tanto para a constituição do CEFD como da pós-graduação foi o Coronel Milo Darci Aita⁷.

⁴ Conforme informa o *site* da CAPES, a Comissão deveria ter apresentado o VI PNPG (2011-2020) até o dia 30 de outubro de 2010, e até o presente momento não ocorreu.

⁵ Com ênfase nas seguintes linhas de pesquisa: Biomecânica, Fisiologia do Exercício, Aprendizagem Motora, Metodologia do Ensino da Educação Física e Psicologia aplicada à Educação Física. Na década de 1970 a política e as diretrizes gerais para a Pós-Graduação em Educação Física, recomendava como prioritários aos futuros Cursos de Pós-Graduação em Educação Física, as áreas de Currículo e Ensino da Educação Física, Fundamentos Científicos da Educação Física e Administração da Educação Física.

⁶ Como foi explicitado anteriormente, a CAPES a partir do ano de 2000, passou a denominar os Cursos de Pós-graduação de Programas de Pós-graduação.

⁷ O Coronel Milo Darci Aita, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na 2ª Guerra Mundial, aposentado do Exército, foi convidado, em 1968, pelo reitor da UFSM, José Mariano da Rocha Filho, para atuar como oficial de gabinete. Um ano após integrar a equipe da universidade, Aita foi incumbido de criar o Centro de Educação Física e Desportos. Ministrou aulas na disciplina de Estudos dos problemas brasileiros, sendo nomeado professor auxiliar de 1971 a 1973. Em 23 de abril de 1973 foi nomeado decano do Centro da Educação Física da UFSM, pelo então Presidente da República e em 23 de abril de 1977 encerrou a decania no CEFD. Após a visita (14/05/2010) ao CEFD/UFSM em

Segundo Mazo (1997, p. 56), no ano de 1973, o CEFD encaminhou para o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Pós-Graduação, o anteprojeto para a implantação do curso de mestrado que desde 1973 era discutido junto a Faculdade Interamericana de Educação. No projeto para implantação do curso de pós-graduação, em nível de mestrado estava determinado à disponibilização de 15 vagas por área de concentração, tendo sua periodicidade de ingresso realizada anualmente e como coordenador pró-tempore o Professor Haimo Hartmuth Fensterseifer⁸.

O Projeto para Implantação do Mestrado em Educação Física fundamenta a sua importância na formação do professor de Educação Física como principal agente no processo de melhoria do homem brasileiro e como um meio de afirmação do ser humano. A implantação visava “à formação e a preparação do docente em Educação Física, baseada no saber científico, buscando-se a qualidade na Graduação e Pós-Graduação, oportunizando a formação continuada como perspectiva de melhorar o ensino e capacitar profissionais” (CEFD/UFSM, 1973, p. 05). Para tal, adotou 03 (três) programas para alcançar seus objetivos: a Pós-Graduação “*Stricto sensu*” no exterior (PICD); a Pós-Graduação “*Lato sensu*” (PICD II); e o programa concebido como um mecanismo de apoio e incentivo ao desenvolvimento e melhoria do pessoal do próprio CEFD (PICD III). (CEFD/UFSM, 1973).

Para a elaboração do projeto do Curso de Mestrado, o CEFD/UFSM seguiu orientação do Grupo de trabalho DED/CAPES (Diretoria de Educação a Distância) do Ministério da Educação e Cultura, tendo como auxílio os documentos “Política e Diretrizes Gerais para a Pós-Graduação em Educação Física no Brasil” e o Programa Setorial de Capacitação de Docentes para a área da Educação Física. Esses documentos constituíram-se em suportes de orientação, relativos à implantação dos cursos de Pós-Graduação, com a finalidade de oportunizar a melhoria na formação e garantir a qualificação científica de professores. (CEFD/UFSM, 1973).

A área de concentração Ciência do Movimento foi definida considerando as peculiaridades, os recursos humanos, materiais e financeiros existentes na UFSM, a grande necessidade de formação de professores para o magistério superior, e

comemoração aos 40 anos do Centro, o Coronel Milo Darci Aita, no dia 25 de julho de 2010, aos 93 anos veio a falecer em Brasília – DF.

⁸ Professor visitante (Alemanha) do CEFD/UFSM aprovado por meio de concurso público. Foi nomeado em 22 de maio de 1970 e em 17 de março de 2002 encerrou suas atividades nessa instituição. Haimo Hartmuth Fensterseifer exerceu forte influência na pós-graduação do CEFD, especialmente na área das ciências humanas.

fundamentalmente, a compatibilização das linhas de pesquisa em desenvolvimento no CEFD com a área de concentração Ciência do Movimento. (Projeto de Implantação do Curso, 1973).

No período de 1973 até 1979 o curso de mestrado passou por um período experimental de 6 anos, graduando 42 mestres nesse processo. As justificativas para a solicitação de credenciamento (CEFD, 1985) foram: a estrutura administrativa da UFSM, que permite que o CEFD tenha igualdade tanto de caráter financeiro como administrativo; a situação geográfica privilegiada da cidade de Santa Maria (centro do estado do RS); composição crescente e qualificada do quadro docente permanente; atendimento às demandas do II PNPG (1982-1985). O credenciamento do curso de Mestrado do CEFD aconteceu, em 4 de setembro de 1986, quando foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, com retroatividade a 1979.

A pós-graduação do CEFD reunia o Curso de Especialização em Pesquisa e Ensino do Movimento Humano, em caráter permanente, e o curso de Mestrado em Ciência do Movimento Humano. Em 1991, integrou o curso de Doutorado em Educação Física/Ciência do Movimento Humano⁹. O mestrado e o doutorado contemplavam as seguintes linhas de pesquisa: Aprendizagem Motora; Biomecânica; Cineantropometria, Desenvolvimento Humano; Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física; Fisiologia do Exercício e Pedagogia do Movimento humano. Em todo o processo de vigência da pós-graduação o CEFD tituló 244 mestres e 48 doutores, apresentando baixíssimo índice de desistência¹⁰.

Segundo MAZO (1997) o curso de doutorado foi pensado como um curso regular, com o objetivo de proporcionar aos pós-graduandos o aprimoramento da formação adquirida no mestrado e a de permitir-lhe o desenvolvimento de estudos e

⁹ Atendendo processo 230.380.080 19/91 da coordenação de Pós-graduação do CEFD/UFSM, em 29.06.94 ocorreu o reconhecimento do curso. Trata-se do doutorado em Ciência do Movimento Humano, que contemplava as seguintes Linhas de Pesquisa: Análise da mecânica interna e externa do movimento humano; Funções biológicas do movimento; Morfologia humano e movimento; Fundamentos didáticos/pedagógicos do movimento humano; Fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento humano; Aprendizagem, desempenho e controle do movimento; Comunicação, movimento e mídia na educação física.

¹⁰ Segundo dados obtidos no Departamento de Controle e Registros acadêmicos (DERCA/UFSM), no período de 1979 a 2001, ingressaram no Mestrado do CEFD/UFSM o quantitativo de 276 alunos, sendo que 244 (88,41%) formaram-se, 31 (11,23%) abandonaram o curso e apenas 01 (0,36%) cancelou. Ingressaram no Curso de Doutorado entre os anos de 1991 a 2001, 51 alunos, obtendo a formação 48 (94,12%) doutores e 03 (5,88%) alunos abandonaram o curso.

pesquisas, segundo suas potencialidades e interesses. A autora assinala que a maioria dos alunos que ingressou no doutorado fez o curso de mestrado no CEFD.

A pós-graduação do CEFD/UFSM desde seu princípio assegurou a formação de um expressivo contingente de docentes que atuaram e ou atuam em diversas universidades do país, em particular engajados em importantes programas de pós-graduação¹¹. Programas de pós-graduação como o CEFD/UFSM e tantos outros existentes, que oportunizaram a qualificação de profissionais e consequentemente o interesse pela formação continuada, podem ser demonstrados nos PNPG. No I PNPG (1975-1979, p.121) o sistema titulou, até 1973, cerca de 3.500 mestres e 500 doutores, dos quais cerca de 50% foram absorvidos pelo magistério e os demais pelo mercado de trabalho profissional. É importante considerar, a adequação do sistema às necessidades reais e futuras do País, seja para a produção científica e acadêmica, seja para o aumento de sua capacidade tecnológica e produtiva, referenciados no II PNPG (1982-1985, p.185). A rápida expansão do sistema refletiu-se na implantação de novos programas de mestrado e de doutorado, numa escala de 370 programas de mestrado e 89 de doutorado, em 1975, para 787 de mestrado e 325 de doutorado, em 1985, números esses que demonstram que não basta ofertar vagas, se não for organizado um planejamento que ofereça qualidade para uma formação de alto nível (III PNPG, 1986-1989, p. 193, 196). Conforme, avaliação da Capes no V PNPG (2005-2010, p. 28) no ano de 2004, dados também demonstraram crescimento na criação de programas de pós-graduação, 1959 cursos de mestrado e 1034 de doutorado. Relacionando a atual situação dentro da grande área Ciências da Saúde, a área da Educação Física possui 25 cursos de mestrado e 13 de doutorado, conforme última atualização realizada pela Capes em 24/03/2011. Dados esses, que firmam a necessidade de investimentos para criação de novos programas de Pós-Graduação em Educação Física em várias regiões do Brasil.

Apesar do curso de mestrado e doutorado ter conseguido seu reconhecimento em nível nacional e internacional, no ano de 2002, ocorreu o descredenciamento. Com base nas diferentes avaliações da CAPES e da política do CEFD/UFSM, elucidamos os principais motivos que levaram ao descredenciamento.

¹¹ Destacamos: Celi Nelza Zulke Taffarel (Professora titular da Universidade Federal da Bahia), Elenor Kunz (Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina), Valter Bracht (Professor titular da Universidade Federal do Espírito Santo, onde coordena o Laboratório de Estudos em Educação Física do CEFD), Arno Krug (Professor e assessor do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus-Ielusc (Joinville) e ex-professor adjunto da UTP (Curitiba), da UFSC (Florianópolis) e da UNICRUZ (Cruz Alta)).

A avaliação da CAPES realizada em 1979, assinala que o curso de mestrado contemplava um **corpo docente acima da média**, além de **professores visitantes estrangeiros** (grifo nosso). Nesta avaliação constavam as seguintes recomendações: “prosseguir na ênfase aos meios de informação técnico-científica; maior divulgação dos trabalhos científicos realizados; prosseguir na política de capacitação de seus próprios recursos humanos no exterior; reinclusão do curso de Mestrado de Educação Física na lista do PICD; auxílio para utilização de recursos humanos do exterior; auxílio para aquisição de meios tecnológicos de ensino; e melhoria do acervo bibliográfico”. (CAPES, 1979)

A avaliação do biênio 1980-1981 realizada pela CAPES, continua ressaltando a dimensão de titulação adequada dos docentes, assim como o envolvimento destes nas atividades de pesquisa. No que tange a produção científica do curso, foi apontado como razoável, e demandava investimentos em laboratórios, em publicação científica docente e discente, assim como, em participação em eventos científicos. Evidencia a evolução marcante nos indicadores de eficácia e o atendimento as necessidades regionais.

A avaliação do biênio 1981-1982 apontava como insuficiente a composição do corpo docente permanente, pois somente 31% possuía titulação em nível de doutorado e apenas 43% pertencentes à subárea de Educação Física. O volume de publicações também continuou sendo considerado insuficiente e desproporcional em função da dimensão do corpo docente, tendo somente a publicação de um (01) livro e de um (01) resumo em anais de congresso. Nessa avaliação o curso conservou o conceito B e teve como recomendação a criação da biblioteca setorial, estimular o treinamento de docentes em nível de doutorado, diminuir a dependência de docentes de outras subáreas e estimular a produção técnico-científica docente e discente.

Já em 1984, a CAPES, ancorada no II PNPG, assinala as várias melhorias empreendidas pelo curso de mestrado em relação a orientando/orientador, dedicação do corpo docente considerando o regime de trabalho, a qualificação do corpo docente permanente em relação à titulação. Recomenda mudança curricular para dar coerência entre a área de concentração, as disciplinas e as atividades oferecidas; e ênfase, novamente, no incentivo a uma maior produção e publicação científica por parte dos docentes. Todavia, a avaliação enuncia como curso consolidado e em progresso. Ao relacionar com os demais cursos existentes no País, situa o mestrado do CEFD como o

de “**melhor desempenho geral**” (grifo nosso). Portanto, no biênio 83/84 o curso atingiu nível de excelência, ou seja, conceito A (juntamente com o curso da USP), como resultante da análise “quantitativa e qualitativa dos indicadores” (CAPES, 1984).

Na avaliação correspondente ao biênio 1990-1991 (CAPES, 1992a) aos cursos (mestrado e doutorado), e consoante às mudanças instauradas na CAPES constam as seguintes observações

Apesar do quantitativo de 19 docentes permanentes, a metade é constituída por portadores do título de Mestre, sendo que, a maioria destes, está vinculada ao quadro efetivo do Curso somente por estar desenvolvendo atividades de pesquisa. Esse fato cria distorção na distribuição dos docentes pelas atividades acadêmicas, dentre as quais pode-se apontar: Se por um lado, 95% dos docentes estão pesquisando, por outro lado, verifica-se um baixo envolvimento do quadro docente permanente nas atividades de ensino (58%) e de orientação (42%), bem como em todas elas (ensino, pesquisa e orientação) simultaneamente (37%), (CAPES, 1992a).

A CAPES assinala que nesse período **o programa de Pós-graduação já se encontrava crítico**, considerando, que com o início das atividades de doutorado (1990), havia ingressado um número relativamente grande de alunos. No quesito Produção (publicação, produção técnica ou artística), destaca boa produção discente (publicação de artigos e apresentação de temas livres), porém, no que se refere a produção docente o relatório aponta apenas como razoável

considerando-se, principalmente, o número relativamente elevado de docentes permanentes. Pouco envolvimento internacional em temas de artigos em periódicos, como também apresentação de trabalhos em eventos. Houve muita inconsistência no corpo docente, visto que mais da metade tem produção em temas científicos. Observou-se uma participação elevada de alguns docentes, no que se refere a cursos de extensão e palestras.

A CAPES tendo em vista o perfil traçado em termos de Pós-Graduação *Strictu-Sensu*, conserva o conceito B, embora os problemas. Ao curso de doutorado não fez menções porque estava em fase de implantação.

Cabe destacar, que o documento sobre a pós-graduação na subárea Educação Física (CAPES, 1992b) em que apresenta uma síntese caracterizadora dos oito cursos de existentes no país (USP, UFSM, UFRJ, UGF, UNICAMP, UFRGS, UFMG, UNAERP), assinala para a estabilidade do curso do CEFD (assim como da USP, porém sinaliza para a ascensão do curso da UNICAMP e para a falta de condições mínimas os cursos da UFMG e UFRJ), além do melhor desempenho no que tange ao fluxo e tempo médio de titulação. No que diz respeito à dedicação do corpo docente as atividades de ensino, pesquisa e orientação o documento sinaliza níveis críticos: orientação e disciplinas sob a

responsabilidade de uma parte reduzida do corpo docente “chegando ao caso específico de um determinado docente, a um patamar de 12 orientandos para 01 orientador” (CAPES, 1992b, p.4). Reclama para a necessidade de qualificação do corpo docente, mas é enfático em afirmar que o curso da CEFD “carece de uma rápida e efetiva reestruturação, sob o risco de não conseguir sustentar o padrão de qualidade que o caracterizava há alguns anos” (CAPES, 1992b, p.10).

No Parecer da Capes, datado de 14/12/1992, após revisão do Projeto de implantação do curso de Pós-Graduação, Ciência do Movimento, no nível de doutorado da UFSM, a comissão manifestou-se favorável à criação do curso de pós-graduação, desde que o Centro de Educação Física promovesse a qualidade em ensino, pesquisa e extensão. Para a recomendação do curso de doutorado demandava ser revisto vários aspectos: esclarecimentos sobre as subáreas de concentração; número de alunos em curso; melhorias na justificativa da implantação do curso de doutorado; falta de apresentação do currículo dos professores; disciplinas ofertadas por semestre; dentre outros aspectos que não estavam claros ou não foram apresentados.

O Grupo Técnico Consultivo (GTC) da CAPES, em reunião com os representantes das agências de fomento (CNPq, FINEP, FAPESP, EMBRAPA e Ministério de Ciência e Tecnologia), através do Ofício N°. Ref. DAA/GTC/57, datado de 28 de abril de 1993, deliberou por não recomendar o doutorado em Educação Física do CEFD ao apoio de suas agências de fomento. Segundo a CAPES, essa decisão se pautou na análise dos pareceres da consultoria científica externa quando ficou evidente a **persistência de deficiências na concepção da proposta**, apesar de reformulações em torno de: informações do corpo docente, estrutura curricular, organicidade entre área de concentração, linhas e projetos de pesquisa, dentre outras. Tal conjuntura foi revisada pela Coordenação do Programa de Pós Graduação do CEFD/UFSM, no dia 19 de julho de 1994, através do Ofício n°. Ref. DAA/GTC – 89/94, oportunidade em que a CAPES deliberou recomendar o curso de Doutorado em Educação Física/ Ciência do Movimento Humano para apoio de suas respectivas agências. A CAPES, neste mesmo documento, recomenda à coordenação do Programa que, ao fazer a revisão do custo do projeto, leve em conta as dificuldades na obtenção de bolsas e auxílios das agências federais, caso as deficiências (do curso) persistam. Em relação à avaliação do biênio 1994/1995 comunica não ser possível modificar o conceito já emitido em relação ao Curso de Doutorado (Conceito C), mas, em relação ao Mestrado, a Comissão aceitou

algumas das ponderações explicitadas, reconsiderou o item dimensão do Corpo Docente e modificou o conceito final do curso (havia sido rebaixado) para B (CAPES, 1996). Na avaliação do biênio 1994-1995, a CAPES em seu relatório descreve que, vem buscando sucessivamente padrões mais altos de qualidade. Em vista disso, faz várias ressalvas importantes para o programa, que não está atendendo aos critérios, como: redução do número de docentes permanentes, principalmente em ensino e orientação, já apontadas na avaliação de 1992; Falta de coerência entre áreas de concentração e linhas de pesquisa, tendo em vista sua abrangência e caracterização atual do corpo docente; A produção docente foi fraca em 1994, apresentando algumas melhoras em 1995; O tempo médio de titulação do mestrado (45 meses/biênio) é alto em relação às expectativas da CAPES.

A avaliação da CAPES (1998) referente ao biênio 1996-1997 recomenda ao Programa: “reestruturação da proposta do programa como um todo, procurando sanar as incoerências entre as áreas de concentração e linhas de pesquisas, considerando o perfil e quantidade de docentes do NRD6¹²”; atentar para o número de disciplinas do curso; equilibrar a qualidade e a quantidade de publicações, especialmente dos docentes NRD6; submeter artigos em periódicos indexados de nível A ou B; e reduzir o tempo médio de titulação. A avaliação recomenda visita ao programa tendo em vista ser a segunda avaliação consecutiva com verificação de piora no conceito e instabilidades.

Para a avaliação do triênio 1998-2000 fica explícito no documento de área, conforme a política da CAPES, que a produção bibliográfica foi considerada o componente de maior relevância em quantidade e qualidade. A “produção bibliográfica” sobretudo aquela apresentada em veículo de elevado impacto, é entendido como o indicador que melhor reflete a qualidade dos Projetos desenvolvidos no Programa”, o que inclui, periódicos internacionais (CAPES, 2002, p.2)¹³. Dos 16 programas de Educação Física existentes no país, segundo o relatório, 04 programas apresentaram forte crescimento na produção intelectual, outros apresentaram dificuldades em acompanhar as exigências e dois não conseguiram atingir os patamares mínimos para a

¹² NRD6 significa núcleo de referência docente para a avaliação. Os docentes NRD6 deveriam compor o núcleo articulador do conjunto das atividades fundamentais dos cursos *stricto sensu* e serem responsáveis pelas disciplinas básicas e específicas constitutivas da estrutura curricular, pelas orientações, pela pesquisa e produção acadêmica, ou seja, pela consolidação da proposta do Programa, das linhas e projetos de pesquisa. Informações obtidas em: www.anped.org.br/grandearea/criteriosinternacionaiseducação.doc. Acesso realizado em 25.01.11

¹³ Trata-se da primeira avaliação eletrônica.

manutenção do seu credenciamento: o da UFSM e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo a avaliação de 2001¹⁴, as mudanças elaboradas no projeto pelo CEFD atendendo as solicitações da CAPES demonstraram mais organicidade entre as linhas de pesquisa e os projetos. Porém, os pontos que fragilizaram o programa como um todo foram: desequilíbrio de projetos de pesquisa entre os docentes; incoerência de docentes com excessivo número de orientandos, todavia sem projetos em andamento; vultoso ingresso de alunos em relação aos docentes NRD6; baixo número de discentes com publicação; inclusão de mestres como membros de bancas examinadoras até mesmo de bancas de doutorado; no ano de 2000 houve processo de seleção, portanto, entrada de discentes no programa, sem contudo, haver oferta de disciplinas; forte dependência de docentes externos (das 32 teses defendidas em 2000, apenas 14 foram orientadas por NRD6). No que tange a produção intelectual, não houve mudança com relação às avaliações anteriores, ou seja, apresentou baixa produtividade tanto em termos quantitativos quanto de qualidade dos veículos, bem como, em termos de distribuição entre os docentes. Dos 04 docentes NRD6 apenas 02 publicaram no triênio e não houve nenhuma publicação em periódicos internacionais. Portanto a “produção intelectual foi considerada extremamente fraca”. (CAPES, 2001, p.3)

Em todos os itens avaliados o programa foi considerado **fraco**. Nas diferentes avaliações o programa recebeu várias advertências sobre a necessidade de mudanças substanciais, particularmente em relação ao corpo docente, mas os dados dos relatórios demonstraram que não houve êxito, ao contrário, impotência para solucionar os problemas.

Cabe assinalar que na maioria das avaliações (bienal e trienal) da CAPES os consultores recomendavam maior atenção e preocupação no preenchimento dos formulários nos diferentes quesitos. Abaixo apresentamos as avaliações da CAPES

¹⁴ Corpo docente do doutorado em 1998: Dr^a Carmen Maria Andrade Odorizzi; Dr. Clayton Luiz Dorneles Macedo; Dr. João Luiz Zinn ; Dr. José Francisco Silva Portela; Dr. Maria Arleth Pereira ; Dr. Sérgio Carvalho; Dr^a Terezinha Fátima H. Deitos. Corpo docente do mestrado em 1998: Dr^a Carmen Maria Andrade Odorizzi; Dr. Clayton Luiz Dorneles Macedo; Dr. João Luiz Zinn ; Dr. José Francisco Silva Portela; Dr. Maria Arleth Pereira ; Dr. Sérgio Carvalho; Dr^a Terezinha Fátima H. Deitos, Dr. Iouri Kalinine; Dr. José Francisco Silva Dias; Dr. Luiz Osório Cruz Portela. Informações obtidas em: http://sucuri.ufsm.br/pdf/cursos/d_ed_fisica.pdf. Acesso realizado em 25.01.2011.

(conceitos e notas) atribuídos aos cursos de mestrado e doutorado (1979-2001) do CEFD/UFSM:

	Início	1980	1981	1982	83/84	87/88/89	90/91	92/93	94/95	96/97	1998-2000
Mestrado	1979	B	B	B	A	B	B	A-	B	3	2
Doutorado	1991	-		-	-	-	-	-	C	3	2

Cabe assinalar ainda, que foi concedida aposentadoria seqüenciais aos docentes que fizeram a história do CEFD e particularmente da Pós-graduação desde a sua implantação, tais como: Jacira da Silva paixão (05/04/1991), Jefferson Thadeu Canfield (15/02/1995), Candido Simões Pires Neto (23/06/1997), Ruy Jornada Krebs (11/08/1997), Marta de Salles Canfield (29/07/1998), Renan Maximiliano Fernandes Sampedro (15/12/1998), Aluisio Otavio Vargas Ávila (26/01/1998), Ingrid Marianne Baecker (16/06/1998), Luiz Celso Giacomini (15/02/2002). A Lei 9.468 de 10 de julho de 1997, criada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, aprova Medida provisória nº. 1.530-7 de 1997, que institui o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, do servidor público civil, com o objetivo de possibilitar melhor alocação de recursos humanos, propiciar a modernização da Administração e auxiliar no equilíbrio das contas públicas. O PDV oferecia aos servidores federais completados 14 anos de contribuição, indenização de uma remuneração por ano de efetivo exercício; acréscimo de 25% sobre o valor total da indenização, aos que aderirem ao PDV nos primeiros 15 dias do programa, além de outros incentivos, como também treinamento para reinserção no trabalho, linhas de financiamento e apoio. Um número muito grande de funcionários federais aderiu ao PDV, um plano que não voluntário, mas sim induzido, com vantagens que jamais foram cumpridas até os dias de hoje causando descontentamentos e frustrações dos que aderiram a essa forma de aposentaria.

Portanto, além da falta de organicidade entre a área de concentração, as linhas de pesquisa, a grade curricular, os grupos de pesquisa e os docentes, e de investimento em publicação científica (deficiência assinalada desde a avaliação de 1980), faltou uma política da Coordenação do Programa de Pós-graduação juntamente com a direção do CEFD com relação ao sistema de aposentadoria e de entrada via concurso público, colaborando sobremaneira para a desestruturação da Pós-Graduação. Mas, fundamentalmente, o programa não acompanhou as mudanças do modelo de avaliação

que valoriza prioritariamente a produção científica, portanto, a pesquisa e a publicação em periódicos qualificados.

Conflitos e contradições da Pós-Graduação em Educação Física

Evidencia-se por meio da experiência do Programa de Pós-graduação do CEFD/UFSM que a intenção do III PNPG de ênfase na pesquisa na pós-graduação não foi suficiente para superar a tradição fortemente centrada na docência. A desestabilização não ocorreu somente na Educação Física. Conforme relatam BIANCHETTI et al. (2009), também na área da educação aconteceram mudanças paradigmáticas com a passagem do predomínio da formação de professores para a formação de pesquisadores, em grande medida definida pela avaliação. Horta & Moraes (2005) explicitam como “impacto danoso” para algumas áreas a avaliação do primeiro biênio (1996-1997). Argumentam que no triênio subsequente (1998-2000), (vale assinalar, avaliação que descredenciou o Programa do CEFD/UFSM), foram introduzidas alterações pela CAPES, sendo uma das mais controversas o papel assumido pelo Conselho Técnico Científico (CTC): “não mais de mera homologação de resultados, mas de rigorosa apreciação e questionamento das análises e avaliações efetivadas pelas comissões de área (...)” (HORTA & MORAES, 2005, p.96). Como resultantes da avaliação do triênio, dos 1544 programas existentes no país das diferentes áreas, 41 tiveram seus conceitos rebaixados e 66 foram descredenciados. Os programas com conceito 1 e 2, ou seja, situados na faixa do descredenciamento, estavam fortemente concentrados (66,7%) na grande área da ciência da saúde. (HORTA & MORAES, 2005).

No final dos anos 1980 e toda a década de 1990 a Coordenação da Pós-graduação do CEFD/UFSM buscou corresponder com algumas solicitações dos pareceres da CAPES, mas não foram suficientes para realizar a “virada” da centralidade do ensino para a pesquisa. Gamboa (2006), ao discutir o caso da pós-graduação em educação da UNICAMP, assinala que os conflitos e as mudanças da pós-graduação referem-se basicamente ao lugar subordinado da pesquisa em relação ao ensino, que, por sua vez, decorre da falta de condições das universidades; da ausência de tradição de pesquisa; do pouco respaldo das agências de fomento, entre outros. O autor reforça que o interesse desde o princípio da pós-graduação brasileira tanto em prol da titulação acadêmica dos próprios docentes das universidades quanto a dedicação de tempo que

privilegia a realização de créditos disciplinares em relação à elaboração da dissertação/tese deflagram a subordinação da pesquisa e a inviabilidade de um projeto orgânico.

Nesse sentido, as mudanças neste período demandavam abandonar as perspectivas generalistas, reduzindo áreas de concentração, para, em linhas específicas, agregar docentes, grupos de pesquisa, laboratórios, trabalhos coletivos. Demandava, portanto, mudanças significativas na concepção das condições de produção de conhecimento e, nesse contexto, as linhas de pesquisa passaram a assumir a finalidade de desenvolver novos projetos, captar recursos humanos, definir prioridades na produção de novos projetos, estabelecer critérios de seleção tanto de alunos quanto de novos docentes. Assim como, de elaboração de investigações em grupo, entre docentes e alunos de diferentes níveis de qualificação (GAMBOA, 2006). Cabe destacar que, no processo histórico do CEFD/UFSM, o trabalho coletivo parece nunca ter sido uma prática.

A experiência da pós-graduação do CEFD/UFSM evidencia que a estruturação de novas propostas curriculares não garantem as mudanças de fato na produção do conhecimento. Para tal é necessário, como assinala Gamboa (2006, p.151), participação articulada de pesquisadores e que “abordem sistematicamente a problemática que justificam essas linhas”. Sem descuidar de uma política forte da Universidade e do Centro que colabore pra dar concreticidade às linhas de pesquisa, por meio de infraestrutura mínima (material e humano) a fim de facultar a produção do conhecimento e o fortalecimento das linhas de pesquisa.

Tal perspectiva tem sido trabalhada nos últimos anos no CEFD/UFSM objetivando credenciamento, alcançando no ano de 2010 grandes avanços. Mas há, ainda, muito por avançar, dado a trajetória histórica de grupos/laboratório formado por um único professor e pelo trabalho isolado dos diferentes grupos/laboratórios. O coletivo de docentes envolvidos com a problemática das ciências humanas no contexto da Educação Física, desde 2006 vem demonstrando sinais significativos de articulação nos grupos de pesquisa, nas publicações, na organização de eventos, nos debates e na quantidade e qualidade da produção.

No âmbito da CAPES cabe destacar as contradições que as mudanças geraram para a Educação Física. Aprofundamento, em grande medida, das divisões entre as áreas humanas e biológicas. Basta observar como se configuram as linhas de pesquisa no

conjunto dos programas de pós-graduação no país. Se o caminho deveria ser o diálogo entre saberes com o fim de superar dualidades, as configurações atuais reafirmam.

Conforme alude Bracht (2006), a alocação da Educação Física na grande área das ciências médicas e da saúde não é menos justificável que a sua alocação na grande área das Ciências Humanas (e vice-versa). Se ela permanecer em uma ou em outra, não se pode perder de vista “que a alocação é arbitrária simplesmente porque o sistema, até o momento, não permite que uma área pertença simultaneamente a duas grandes áreas” (BRACHT, 2006, p.4). Tais definições incidem na avaliação da produção acadêmica da área em função dos entendimentos diferentes de Ciência, conseqüentemente, por contemplarem produção e veiculação muito distintas (periódicos, livros, congressos, anais).

Não menos importante, como alertam diversos autores (Kuenzer & Moraes, 2005; Horta & Moraes, 2005; Chauí, 1999), apresentam-se os impactos da política da pós-graduação que incide no trabalho docente, na concepção de ciência e de mundo dentro do contexto da mercantilização do ensino superior. Trata-se de aumentar o trabalho docente em intensidade e extensão (traduzido em números e cobrado por distintas avaliações) e estreitar relações com as demandas do mercado. A “universidade operacional”, como denomina Chauí (1999, p.3), “definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual”. A produção de textos não é mais livre opção do docente, mas imposição da política de avaliação e financiamento. As perguntas basilares da ciência: o que produzir, para que e para quem produzir, é sucumbida à política da produtividade. Bosi (2007, p.1518) assinala que a produtividade (recompensada para alguns monetariamente) “representa a perda da autonomia intelectual, a perda do controle sobre o processo de trabalho (...)”.

O processo avaliativo da pós-graduação brasileira causa polêmica e desconforto e no caso do CEFD/UFSM sentido até os dias de hoje pelo corpo docente, especialmente quando cobrado pelos pares (no “vale quanto pesa” os docentes são cobrados não só por não estar inserido na pós-graduação como também por ter permitido o descredenciamento). Não obstante, é consensual a importância da avaliação. Mas vale pensar, na esteira de Kuenzer & Moraes (2005), sobre a necessidade de “avaliar a avaliação” da CAPES para avançar para além do quantitativo e superar os

limites da avaliação em curso. Avaliar as necessidades de cada região do país (por longos anos os alunos ou docentes do RS que desejavam se qualificar tiveram somente como possibilidade o programa da ESEF/UFRGS), as diferenças entre as áreas, as necessidades de pesquisa do país, os rumos da universidade e da ciência, são quesitos necessários.

Em síntese, a redução do conceito e o descredenciamento do programa de pós-graduação do CEFD/UFSM, foram resultantes da falta de organicidade (entre a proposta - área de concentração, linhas e projetos de pesquisa - currículo, produção e docentes), da morosidade para adequação às novas diretrizes, da baixa produção científica e publicação em periódico, dos problemas de preenchimento dos relatórios, da aposentadoria subsequente de um grande coletivo de docentes, da falta de uma política do Centro e da mudança paradigmática da CAPES no triênio 1998-2000 que subsumiu o trabalho intelectual à lógica da produtividade.

Referências

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar; KUENZER, Acácia Zeneida; HORTA, José silveira Baia; MORAES, Maria Cecilia Marcondes de. Dilemas da Pós-Graduação gestão e avaliação. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. 254p.

BOSI, Antônio Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino suoeiro do Brasil nesses últimos 25 anos. Rev. Educaçãoe Sociedade. Campinas, vol 28, n. 101, p.1503-1523, set./dez. 2007.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1979). Avaliação do Curso de mestrado CEFD/UFSM.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1974). I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979). Disponível em: <http://www.Capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 1 novembro 2010.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1984). Avaliação do Curso de mestrado CEFD/UFSM.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1992a). Avaliação do Curso de mestrado CEFD/UFSM.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1992b). Documento sobre a pós-graduação na subárea educação Física: período de referência 1990/1991.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1996). Reavaliação 94/95 do Curso de mestrado CEFD/UFSM.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1998). Avaliação do Curso de mestrado CEFD/UFSM.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Avaliação da Pós-graduação (Ficha de avaliação do Programa). 2001. Disponível <http://www.Capes.gov.br/avaliacao/relatorios-de-avaliacao/2289>. Acesso em: 15.01.2011.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Avaliação da Pós-graduação (2000). Área de Educação (documento 2). Critérios Gerais – Avaliação Trienal (2001-2003). Disponível. <http://www.anped.org.br/grandearea/criteriosinternacionaiseduacao>. Acesso realizado em 25.01.11

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Avaliação da Pós-graduação (Documento de Área/Educação Física). 2002. Disponível <http://www.Capes.gov.br/avaliacao/relatorios-de-avaliacao/2289>. Acesso em: 15.01.2011.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2004) V Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010. Disponível em: <http://www.Capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 27 dezembro 2010.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2009) Documento de área – 21. Disponível <http://www.Capes.gov.br/>. Acesso em: 15.11.2010.

CEFD/UFSM. Projeto para implantação do curso de pós-graduação mestrado Educação Física, 1973. 210p.

CHAUI, Marilena. A universidade operacional. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 maio 1999. Caderno Mais!

CEFD/UFSM. Curso de Pós-Graduação em Educação Física-Mestrado. Pedido de Credenciamento, março de 1985, 09 p.

CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 9.468, de 10 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/107739/lei-9468-97>. Acesso em: 13.04.2011.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Dinâmicas e conflitos na produção do conhecimento: o caso da pós-graduação em educação na UNICAMP. Revista ETD – Educação Temática Digital, Campinas SP, v.8, n.1, p.143-169, dez. 2006.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes de. O sistema CAOES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. Revista Brasileira de Educação. nº30, set/dez. 2005. p.95-116.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288p.

MAZO, Janice Zarpellon. A história do centro de Educação física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM 25 anos. Santa Maria: UFSM, CEFD, 1997. 93p.

KUENZER, Acácia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na Pós-Graduação em educação. Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1341-1362, Set./Dez. 2005.

RESENDE, Helder Guerra; VOTRE, Sebastião Josué. O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Física da Universidade Gama Filho: características, realizações e desafios. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 24, n. 2, p. 49-73, jan. 2003.

SACARDO, Michele Silva. Reflexões acerca da avaliação da Pós-Graduação Brasileira: o impacto dessa política na área da Educação Física. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 29, n. 1, p. 75-88, set. 2007.